

Defensoria Pública de Minas Gerais celebra a cidadania e a inclusão com a primeira formatura do Projeto Oportunidade



A Defensoria Pública de Minas realizou a primeira formatura do Projeto Oportunidade. Numa grande e emocionante festa promovida no auditório da Unidade I em Belo Horizonte, no Barro Preto, a cerimônia consolidou a capacitação de 90 mulheres assistidas pela Instituição.

Realizada em parceria com o Colégio Registral Imobiliário de Minas Gerais (CORI-MG) e apoio da Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC Minas) e da Cooperativa de Crédito

Sicoob CoopJus, a iniciativa inédita ofereceu às mulheres acolhidas e indicadas por defensoras e defensores públicos a oportunidade de participação – de maneira gratuita – em cursos de capacitação oferecidos em sete modalidades profissionalizantes: bolos e delícias, costura, escovista iniciante, massagem relaxante, maquiagem, designer de sobrancelhas e salgados.

PÁGINA 4

ADI proposta pela Defensoria Pública de Minas busca a suspensão de Lei Municipal que proíbe o uso de banheiros conforme a identidade de gênero

PÁGINA 5

INSPIRANDO ATITUDES

Defensor público participa de capacitação de profissionais referente à Educação Inclusiva

PÁGINA 3



BRUMADINHO

Governo de Minas divulga ações realizadas nos 2 anos de execução do Acordo de Reparação ao rompimento da barragem da Vale

PÁGINA 3

AINDA NESTA EDIÇÃO

- > Institucional • Mundo oficial _____ PÁGINA 2
- > Brumadinho _____ PÁGINA 3
- > Ações em destaque _____ PÁGINAS 4 e 5
- > Procedimentos e comunicados internos _____ PÁGINAS 8 e 9

INSTITUCIONAL

71ª Reunião do Condege cria Grupo de Trabalho para Atuar Junto à Terra Indígena Yanomami



Evento reuniu Defensorias Públicas Estaduais e do Distrito Federal em Brasília. Foto: DPDF

A defensora pública-geral de Minas Gerais, Raquel da Costa Dias, e o subdefensor público-geral Nikolas Stefany de Macedo Katopodis participaram, nesta quinta-feira (9/2), da 71ª reunião do Conselho Nacional de Defensoras e Defensores Públicos-Gerais (Condege), organizado pela Defensoria Pública do Distrito Federal (DPDF), em Brasília.

O destaque na pauta foi a criação de um Grupo de Trabalho para atuar, emergencialmente, junto ao povo da Terra Indígena Yanomami, localizada no estado de Roraima.

O intuito é atuar com medidas para enfrentar a crise humanitária vivida pelos povos indígenas

em razão do garimpo ilegal, estabelecendo a dignidade para os moradores da região.

Durante o encontro também ficou definida a criação de uma comissão para tratar de ações estratégicas que atendam às demandas dos povos tradicionais, grupos de pessoas que possuem uma cultura diferenciada da cultura predominante local e que mantêm um modo de vida intimamente ligado ao meio ambiente natural em que vivem.

Os líderes das Defensorias Públicas do país também se reuniram com o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha. A reunião teve como intuito abordar as demandas das Defensorias do Brasil.

MUNDO OFICIAL

Defensoria Pública participa de solenidade de assunção a Chefe do Estado-Maior do CBMMG

Solenidade de posse – A defensora pública-geral, Raquel da Costa Dias, foi representada pelo defensor público auxiliar, da Defensoria Pública-Geral, Guilherme Andrade de Carneiro Deckers, na solenidade de assunção a Chefe do Estado-Maior e subcomandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, da coronel BM Daniela Lopes Rocha da Costa.

A solenidade aconteceu nesta terça-feira (7/2), no Auditório JK, na Cidade Administrativa.

A coronel Daniela Lopes Rocha da Costa é a primeira mulher a ocupar o cargo na corporação e foi, também, a primeira mulher a comandar um batalhão aéreo no Brasil.



Foto: Claudinei Souza/DPMG

INSPIRANDO ATITUDES

Defensor público participa de capacitação de profissionais referente à Educação Inclusiva

O defensor público Luis Renato Braga Arêas Pinheiro participou como palestrante da 'Capacitação em Legislação Referente à Educação Inclusiva', realizada pela Secretaria Municipal de Educação do município de São Gonçalo do Rio Abaixo, na quinta-feira, dia 2 de fevereiro.

Luis Renato é titular da Coordenadoria Estadual da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência, da Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG); coordenador-geral da Rede de Proteção da Pessoa com Deficiência das Instituições do Sistema de Justiça e Instituições Públicas do Estado de Minas Gerais; membro da Comissão Especial do Direito das Pessoas com Deficiência da Associação Nacional das Defensoras e dos Defensores Públicos (Anadep) e gestor do projeto "Inclusão Verde Mundo – Rede em Proteção", da DPMG.

Em sua palestra, o defensor público abordou o tema "A Inclusão Escolar do Aluno com Deficiência", ressaltando a importância do Plano de Desenvolvimento Individual do Aluno na educação inclusiva (PDI).

Ele classificou como ponto forte a necessidade de produção de material focado nas potencialidades do aluno, tendo em vista a função da escola de dar suporte para que o estudante possa continuar sua jornada de aprendizagem. Neste contexto, apontou como fundamental a adaptação do currículo escolar às necessidades dos discentes.

A importância da aplicação do PDI se deve, entre outras finalidades, ao fato de que o plano também auxilia o professor seguinte a dar sequência ao trajeto educacional do aluno. Com acesso a este material, este profissional se torna ciente das capacidades e necessidades do discente.



Defensor público Luis Renato durante a palestra para profissionais da Educação

O defensor público Luis Renato Pinheiro tratou também da questão criminal, já que a educação inclusiva é um direito do aluno e, quando este direito não é respeitado, há a legislação para fazer valer, com responsabilização a quem a desrespeita.

A capacitação foi direcionada a professores, pedagogos, coordenadores pedagógicos, assistentes de educação básica, professores de apoio e demais membros da equipe escolar do município. O evento foi realizado no auditório da Escola Municipal de Tempo Integral Ioleide Pessoa Araújo.

TRAGÉDIA DE BRUMADINHO

Governo de Minas divulga ações realizadas nos 2 anos de execução do Acordo de Reparação ao rompimento da barragem da Vale

O Governo de Minas lançou vídeo para evidenciar as ações realizadas em dois anos de execução do Acordo de Reparação ao rompimento da barragem da mina Córrego do Feijão, da Vale, em Brumadinho.

O vídeo, intitulado "Compromisso com a reparação", trata das ações realizadas através do Termo de Reparação firmado em 2021, que uniu o Governo de Minas, a Defensoria Pública e demais instituições de Justiça, municípios e comunidades da região atingida, ressalta as atuações que abrangem desde meio ambiente, como o plano de recuperação integral, a obras de saneamento e também área socioeconômica.

A DPMG é uma das instituições comprometidas do Acordo de Reparação Socioeconômica e Ambiental, que prevê investimentos de R\$ 37,7

bilhões em obrigações da Vale, incluindo obras de infraestrutura, maquinário, equipamentos de saúde e educação, lazer, cultura, programas assistenciais e transferência de renda nos municípios atingidos.

A Defensoria Mineira tem atuado também nos municípios e em cerca de 40 comunidades da região atingida, visitando e assegurando direitos de quilombolas, indígenas, ribeirinhos, e pequenos produtores rurais, entre outros segmentos da população. Em uma atuação pioneira, a DPMG elaborou e firmou com a empresa Vale um inédito Termo de Compromisso (TC) visando a reparações individuais e por núcleo familiar, referentes a danos patrimoniais, de forma extrajudicial.

[Clique aqui para assistir o vídeo](#)



DEU NA MÍDIA

Inscrições do Mutirão da Defensoria em Teófilo Otoni vão até 28/02

[TV Record/Leste](#)

DPMG abre inscrições para o Mutirão das Famílias 2023

[Alvorada FM](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

Defensoria Pública de Minas Gerais celebra a cidadania e a inclusão com a primeira formatura do Projeto Oportunidade



Prontas para o mercado! Mulheres assistidas pela Defensoria Pública de Minas Gerais no Projeto Oportunidade celebram a formatura ao lado de defensoras e defensores públicos, parceiros, apoiadores e familiares. Orgulho pela conquista e das novas possibilidades no mercado de trabalho – Fotos Claudinei Souza/DPMG

A Defensoria Pública de Minas realizou na tarde do dia 3 de fevereiro a primeira formatura do Projeto Oportunidade. Numa grande festa promovida no auditório da Unidade I em Belo Horizonte, no Barro Preto, a cerimônia consolidou a capacitação de 90 mulheres assistidas pela Instituição.

Realizada em parceria com o Colégio Registral Imobiliário de Minas Gerais (CORI-MG) e apoio da Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC Minas) e da Cooperativa de Crédito Sicoob CoopJus, a iniciativa inédita ofereceu às mulheres acolhidas e indicadas por defensoras e defensores públicos a oportunidade de participação – de maneira gratuita – em cursos

de capacitação oferecidos em sete modalidades profissionalizantes: bolos e delícias, costura, escovista iniciante, massagem relaxante, maquiagem, designer de sobancelhas e salgados.

Bastante prestigiada, a cerimônia realizada em um auditório completamente lotado reuniu representantes do Ministério Público de Minas Gerais, da Subsecretaria de Estado do Trabalho e Emprego, de membros da Assembleia Legislativa de Minas, da Câmara Municipal de Belo Horizonte, do Sindicato da Indústria da Construção Civil e de membros da Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC), entre outras convidadas e convidados. O governador Romeu Zema gravou um depoimento felicitando as formandas.



Cerimônia prestigiada (da esquerda para a direita): Patrícia Habkoug, coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Combate à Violência Doméstica, representando o Ministério Público de Minas Gerais; defensora pública Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser, coordenadora de Projetos, Convênios e Parcerias (CooProc) da Defensoria; defensora pública Silvana Lobo, diretora da Escola Superior da Defensoria Pública de Minas Gerais (ESDEP); Cristiane Amaral Serpa, diretora regional interina do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC-MG; subdefensor público-geral Nikolas Stefany Macedo Katopodis; defensora pública-geral Raquel da Costa Dias; defensora pública auxiliar da Corregedoria-Geral, Marina Buck Carvalho Sampaio, representando o corregedor-geral Galeno Gomes Siqueira; subsecretário de Estado de Trabalho e Emprego, Raphael Vasconcelos Amaral Rodrigues; defensora pública Juliana de Carvalho Bastone, idealizadora do Projeto Oportunidade; presidente do Colégio Registral Imobiliário de Minas Gerais- CORI-MG, Ana Cristina de Souza Maia; e diretora-geral da Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados – FBAC, Tatiana Faria

Para as participantes e seus familiares, uma cerimônia marcada por muita emoção e honra. Nas palavras de Romeu Zema, acolhimento e incentivo às novas profissionais. “Parabenizo a todas vocês, formandas! Iniciativas como essa contribuem para que essas mulheres consigam a sonhada emancipação financeira. Acredito que ter um emprego vai muito além de possuir recursos financeiros, significa, principalmente, ter de volta a sua dignidade”, destacou o chefe do Executivo estadual.



Participação do governador Romeu Zema, que em seu pronunciamento destacou a valorização da conquista alcançada pelas formandas e o estímulo a iniciativas desenvolvidas por meio do Projeto Oportunidade

Para as participantes e seus familiares, uma cerimônia marcada por muita emoção e honra. Nas palavras de Romeu Zema, acolhimento e incentivo às novas profissionais. “Parabenizo a todas vocês, formandas! Iniciativas como essa contribuem para que essas mulheres consigam a sonhada emancipação financeira. Acredito que ter um emprego vai muito além de possuir recursos financeiros, significa, principalmente, ter de volta a sua dignidade”, destacou o chefe do Executivo estadual.

Pensar ‘fora da caixa’

A defensora pública-geral de Minas Gerais, Raquel da Costa Dias, acompanhada do subdefensor-geral Nikolas Katopodis e demais colegas da Defensoria Pública e autoridades, destacou, inicialmente, a composição da mesa nesta que foi uma formatura voltada inicialmente às mulheres assistidas. “Queria falar primeiro da composição da mesa, eu que ando em tantos eventos posso dizer que uma mesa tão feminina só acontece na Defensoria Pública de Minas Gerais. Nós somos a Instituição da inclusão, do diálogo e de histórico de liderança feminina. Sou a quarta mulher a chefiar a Instituição, é possível sim sermos líderes e mulheres com tantos outros afazeres que temos”, ponderou a DPG.

[Clique aqui para ler a matéria na íntegra](#)

ADI proposta pela Defensoria de Minas busca a suspensão de Lei Municipal que proíbe o uso de banheiros conforme a identidade de gênero em Uberaba

Na semana em que se celebrou o Dia Nacional da Visibilidade Trans, a Defensoria Pública de Minas Gerais ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), com pedido de suspensão, de forma cautelar, da Lei Municipal nº 13.698/2022 de Uberaba/MG, com sua posterior eliminação do ordenamento jurídico.

O texto legal, aprovado pelo Plenário da Câmara Municipal, impõe que os banheiros públicos ou privados, instalados na cidade, devam ser de uso restrito a usuários de um mesmo sexo biológico, impedindo, assim, que pessoas transexuais e travestis utilizem o banheiro conforme sua identidade de gênero.

Após listar quais os banheiros são regidos pela norma, a Lei Municipal prevê sanções, que incluem a aplicação de multa de R\$ 2 mil e a suspensão do alvará de licenciamento do estabelecimento ou de

realização de eventos.

Conforme observa a Defensoria Pública na petição, a Lei Municipal, ao adotar o “sexo biológico” como único critério válido para o uso de instalações sanitárias na cidade, impede que pessoas trans, que assumem identidade de gênero diversa do sexo que lhes foi atribuído pelo nascimento, possam utilizar o banheiro masculino ou feminino em conformidade com o gênero com o qual se identificam e se expressam.

De acordo com a ADI proposta pela DPMG, a norma municipal apresenta vícios de inconstitucionalidade formal e material. Na petição, a Defensoria Pública atenta que os artigos da Lei estão em desconformidade com a Constituição Estadual de Minas Gerais, sendo necessário, por consequência, reconhecer a sua invalidade.

[Clique aqui para ler a matéria na íntegra](#)



DEU NA MÍDIA

Defensoria Pública forma 90 mulheres na 1ª turma de projeto de capacitação profissional

[TV Globo](#)

Mutirão da Família Defensoria Pública quer fazer 1500 sessões de conciliação

[Jornal Minas](#)

[VEJA OUTROS DESTAQUES](#)

AÇÕES EM DESTAQUE

Defensoria Pública recebe estudo sobre situação de mulheres da Bacia do Paraopeba atingidas pelo rompimento da barragem em Brumadinho

As defensoras públicas Samantha Vilarinho Mello Alves, coordenadora estadual de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres (CEDEM), da Defensoria Pública de Minas Gerais, e Carolina Morishita, em atuação no Núcleo Estratégico de Proteção aos Vulneráveis em Situação de Crise, se reuniram com as analistas do Núcleo de Assessoria às Comunidades Atingidas por Barragens (Nacab), Maria Eunice Paula de Souza e Ângela Oliveira.

O encontro foi realizado no dia 7 de fevereiro para a apresentação dos resultados da pesquisa de danos vivenciados por mulheres atingidas pelo rompimento da barragem da mina Córrego do Feijão, da Vale S.A., em Brumadinho (MG), na Região 3 da Bacia do Paraopeba.

Ao final, ficou definida a realização de uma roda de conversa no dia 8 de março, das 14 às 17 horas, em local a definir, para tratar sobre a defesa dos direitos destas mulheres.

Para a coordenadora da CEDEM, Samantha Vilarinho, o levantamento é importante, pois servirá de base para que a Defensoria Pública possa conhecer melhor as mulheres da região e suas necessidades. “A partir dessa aproximação, conseguiremos traçar as melhores estratégias, seja para atividades de educação em direitos, seja para a construção do projeto de reparação às mulheres em situação de violência doméstica e/ou familiar, previsto no Acordo Judicial, firmado em fevereiro de 2021”, disse a defensora pública.

Levantamento dos danos

O estudo foi realizado entre novembro e dezembro de 2021, pela Assessoria Técnica Independente (ATI) Paraopeba Nacab, em parceria com a consultoria Saberes Populares.

Dentre os danos levantados pela pesquisa – realizada com 89 mulheres dos municípios de Caetanópolis, Pará de Minas, Fortuna de Minas, Paraopeba, Pequi e Esmeraldas, que compõem a Região 3 da Bacia do Paraopeba – destacam-se sobrecarga de trabalho doméstico e cuidados com a família; cansaço e problemas de saúde mental e física; insegurança alimentar e nutricional; maior exposição à violência; perda de renda e de autonomia.

O levantamento foi realizado por meio de oficinas, rodas de conversa e entrevistas. A análise dos dados servirá de base para a busca de indenização por parte da Vale S/A.



As defensoras públicas Samantha Vilarinho e Carolina Morishita receberam o documento das representantes do Nacab. Foto: Claudinei Souza/DPMG

[Clique aqui para ler o documento](#)

ESCOLA SUPERIOR

Defensoria Pública de Minas debate atuação extrajudicial e técnicas de conciliação no ‘Encontro da Câmara de Família’

A Defensoria Pública de Minas Gerais (DPMG), por meio da Escola Superior (Esdep-MG), realizou o evento online “Encontro da Câmara de Família”. O evento foi transmitido pelo canal da DPMG no Youtube – c/defensoriamineira.

As discussões foram pautadas em três temas: A Resolução Extrajudicial nos Conflitos de Família – Desafios; a Padronização dos procedimentos utilizados nos Centros de Conciliação; e Conciliações.

A defensora pública Fernanda de Souza Saraiva, coordenadora da Câmara de Estudo de Tutela das Famílias, fez a abertura ressaltando a importância do trabalho desenvolvido pela Câmara no processo de conciliação.

A palestrante e advogada Beatriz Bovendorp, do Instituto para o Desenvolvimento Democrático – IDDE, discorreu sobre o lugar da defensora e do defensor público quando se trata de situação que envolve o conflito familiar e a importância deste profissional atuar visando a resolução extrajudicial, tornando a conciliação menos conflitante.

Michelle Lopes Mascarenhas Glaeser, defensora pública e coordenadora de Projetos, Convênios e Parcerias (CooProc), da DPMG, explicou o processo e os recursos utilizados para que haja a padronização dos procedimentos utilizados nos Centros de Conciliação, que possibilitam identificar e resolver os problemas.

Continua >>

Já a defensora pública em atuação na unidade da DPMG em Ituiutaba, Mônica Costa, discorreu sobre a forma de realização da conciliação por meio do diálogo. “A vantagem que eu vejo das conciliações é porque ela leva essa cidadania, essa justiça para as pessoas. Porque quando a gente faz essas conciliações, conseguimos resolver de uma forma rápida e desburocratizada o conflito”, afirma.

[Clique aqui para assistir](#)



AÇÕES EM DESTAQUE

Defensoria Pública recebe vice-governador de Minas para palestra “A Importância das Escolas Superiores no Serviço Público”



A Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep-MG) promove, no dia 15 de fevereiro (quarta-feira), às 19 horas, palestra com o vice-governador do Estado, professor Mateus Simões, com o tema “A importância das Escolas Superiores no Serviço Público”.

O encontro será virtual, transmitido pelo canal na DPMG no YouTube (c/defensoriamineira). Não é necessária inscrição prévia.

Chamada de artigos para a Revista da Defensoria Pública de Minas



[Clique aqui para acessar o edital](#)



IMPORTANTE: Faça seu login no 'Gerais' antes de clicar nos links

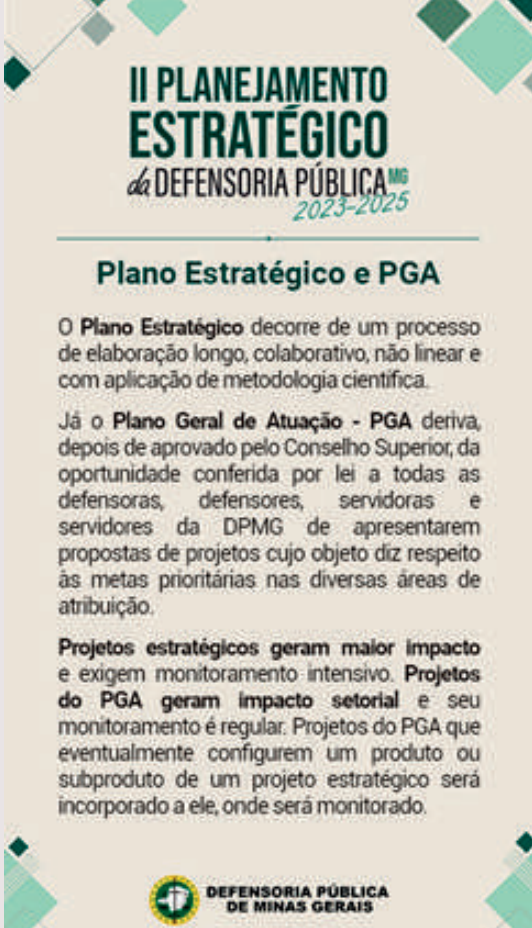
PROCEDIMENTOS E COMUNICADOS INTERNOS I

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

Abertura de consultas para cooperação

>> *Inscrições por e-mail, direcionados para cooperacao@defensoria.mg.def.br :*

- **Resolução 1456/2023** - Abre edital de consulta para interessados (as) em cooperar na Sessão Plenária do Tribunal do Júri designada para o dia 1 de março de 2023, na Comarca de Itajubá/MG. Os interessados solicitarão inscrição por e-mail, até às 12:00 horas do dia 15 de fevereiro de 2023.
- **Resolução 1455/2023** - Abre edital de consulta para interessados (as) em cooperar voluntariamente, por acumulação compartilhada, na Defensoria Pública em Itamonte. Os interessados solicitarão inscrição por e-mail, até às 12:00 horas do dia 15 de fevereiro de 2023
- **Resolução 1454/2023** - Abre edital de consulta para interessados (as) em cooperar voluntariamente, na forma de acumulação compartilhada, na Defensoria dos Juizados Especiais da Comarca de Uberaba/MG. Os interessados solicitarão inscrição por e-mail, até às 13:00 horas do dia 17 de fevereiro de 2023.
- **Resolução 1453/2023** - Abre edital de consulta para interessados (as) em cooperar voluntariamente, na forma de acumulação compartilhada, na 1º Defensoria de Família da Comarca de Contagem/MG. Os interessados solicitarão inscrição por e-mail, até às 13:00 horas do dia 15 de fevereiro de 2023.
- **Resolução 1451/2023** - Abre edital de consulta para inscrição interessados (as) em cooperar, na forma de acumulação compartilhada, na Defensoria das Famílias (conflitos, impedimentos e suspeições) e na Defensoria dos Juizados Especiais (exclusivamente nas Tutelas de Saúde, inclusive na Turma Recursal) da Unidade da Defensoria Pública em Conselheiro Lafaiete/MG. Os (as) interessados (as) solicitarão inscrição por e-mail, até às 12h00 do dia 16 de Fevereiro de 2023, nos termos do art. 7º da Deliberação CSDPMG n. 190/2021.
- **Resolução 1449/2023** - Abre inscrições para interessados (as) em cooperarem, voluntariamente, por ato específico, no atendimento para realização dos procedimentos administrativos disciplinares do conselho e oitiva prévia dos custodiados do Complexo Penitenciário Parceria Público Privado – CPPP, na Comarca de Ribeirão das Neves. Os (as) interessados (as) solicitarão inscrição por e-mail, até 12:00 horas do dia 14 de fevereiro de 2023.




II PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
da DEFENSORIA PÚBLICA^{MG}
2023-2025

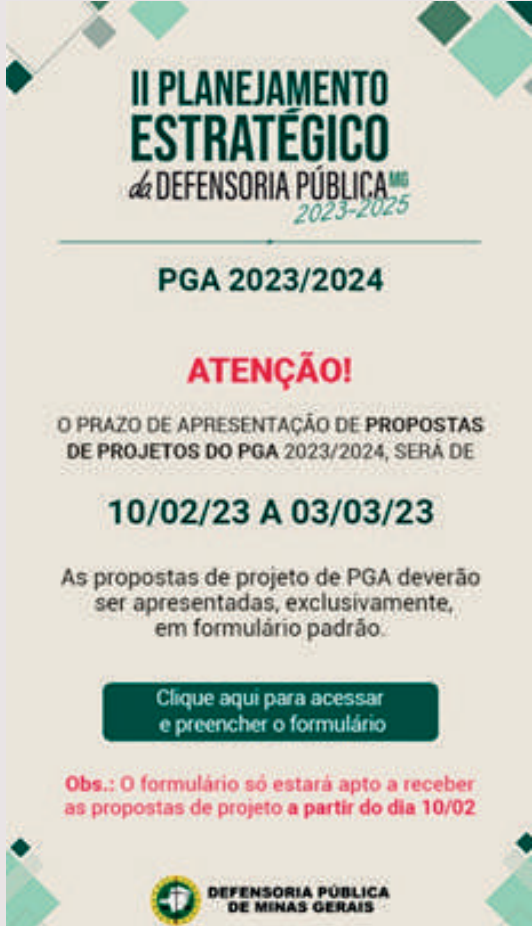
Plano Estratégico e PGA

O **Plano Estratégico** decorre de um processo de elaboração longo, colaborativo, não linear e com aplicação de metodologia científica.

Já o **Plano Geral de Atuação - PGA** deriva, depois de aprovado pelo Conselho Superior, da oportunidade conferida por lei a todas as defensoras, defensores, servidoras e servidores da DPMG de apresentarem propostas de projetos cujo objeto diz respeito às metas prioritárias nas diversas áreas de atribuição.

Projetos estratégicos geram maior impacto e exigem monitoramento intensivo. Projetos do PGA geram impacto setorial e seu monitoramento é regular. Projetos do PGA que eventualmente configurem um produto ou subproduto de um projeto estratégico será incorporado a ele, onde será monitorado.

 DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS



II PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
da DEFENSORIA PÚBLICA^{MG}
2023-2025

PGA 2023/2024

ATENÇÃO!


O PRAZO DE APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS DE PROJETOS DO PGA 2023/2024, SERÁ DE

10/02/23 A 03/03/23

As propostas de projeto de PGA deverão ser apresentadas, exclusivamente, em formulário padrão.

[Clique aqui para acessar e preencher o formulário](#)

Obs.: O formulário só estará apto a receber as propostas de projeto a partir do dia 10/02

 DEFENSORIA PÚBLICA DE MINAS GERAIS

[Clique aqui para acessar o formulário](#)

Diário Oficial Eletrônico da DPMG

[Acesse aqui as publicações](#)

IMPORTANTE: Faça seu login no 'Gerais' antes de clicar nos links

PROCEDIMENTOS E COMUNICADOS INTERNOS I

ESCOLA SUPERIOR

Defensoria pública recebe vice-governador de Minas para palestra “A importância das Escolas Superiores no Serviço Público”

A Escola Superior da Defensoria Pública (Esdep-MG) promove, no dia 15 de fevereiro (quarta-feira), às 19 horas, palestra com o vice-governador do Estado, professor Mateus Simões, com o tema “A importância das Escolas Superiores no Serviço Público”.

O encontro será virtual, transmitido pelo canal na DPMG no YouTube (c/defensoriamineira). Não é necessária inscrição prévia.



COMUNICADO

Defensoras e defensores públicos

O Núcleo de Estudos da Burocracia da Fundação Getúlio Vargas – NEB FGV EAESP, em parceria com o Institute for Jewish Law and Israeli Law, Economy and Society- UCB University of California, Berkeley realiza a pesquisa "Como as capacidades de Inteligência Artificial (IA) afetam as Defensoras e os Defensores Públicos considerando sua motivação, senso de justiça, discricionariedade e sobrecarga de trabalho”.

A pesquisa busca compreender o *fenômeno da adoção de Inteligência Artificial (IA) na Administração Pública*, além da construção de estudos empíricos sobre o tema, em países do sul-global.

A pesquisa está sendo conduzida pelas pesquisadoras *Gabriela Lotta* professora da Fundação Getúlio Vargas – FGV -EAESP e coordenadora do NEB FGV EAESP, *Neomi Frisch-Avram* da UCB - Berkeley, University of California, Berkeley e *Luciana Jordão da Motta Armiliato de Carvalho* Defensora Pública de São Paulo e Doutoranda na FGV -EAESP.

A participação é *anônima* e será de grande auxílio para esta pesquisa. A duração do questionário é de aproximadamente 10 minutos.

[Para responder, clique aqui](#)